



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025
(à MPV 1300/2025)

Dê-se nova redação ao art. 15-B; e acrescentem-se §§ 1º e 2º ao art. 15-B, todos da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, na forma proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 15-B. Os contratos de compra de energia elétrica firmados pelas concessionárias e permissionárias de distribuição no Ambiente de Contratação Regulada - ACR deverão conter cláusulas de flexibilização de montante contratado, vinculadas à variação do mercado atendido em decorrência da migração de consumidores para o Ambiente de Contratação Livre - ACL.

§ 1º Os contratos deverão prever que a energia flexibilizada poderá ser disponibilizada para comercialização direta pelo gerador.

§ 2º A ANEEL estabelecerá as diretrizes e limites para a aplicação das cláusulas de flexibilização, resguardando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a modicidade tarifária.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Com a aceleração da abertura do mercado de energia, as distribuidoras enfrentam um desafio crescente: a sobrecontratação involuntária provocada pela migração de consumidores para o ACL. Esse cenário gera impactos tarifários negativos aos consumidores cativos e ameaça a sustentabilidade dos contratos regulados.

Embora a Medida Provisória nº 1.300/2025 já reconheça o problema e proponha a socialização do impacto, é necessário atuar na origem do risco,



permitindo que os novos contratos contemplem cláusulas de flexibilização do montante contratado. Essa medida permitirá:

- I. Maior resiliência contratual em face da abertura de mercado;
- II. Compartilhamento de riscos com os geradores, que também se beneficiam da possibilidade de comercializar no ACL;
- III. Redução da necessidade de socialização de prejuízos via encargos tarifários;
- IV. Promoção de contratos mais aderentes à nova dinâmica de mercado, incentivando eficiência e flexibilidade.

Além disso, tal cláusula já é observada em práticas internacionais de contratação regulada em mercados liberalizados, sendo compatível com os princípios de previsibilidade, eficiência econômica e modicidade tarifária.

Sala da comissão, 27 de maio de 2025.

Deputado Joaquim Passarinho
(PL - PA)

